

SUS gasta R\$ 3 bi por ano com doenças associadas ao consumo de bebidas açucaradas



O orçamento do Ministério da Saúde encolheu 20% por cento em comparação com o ano passado, segundo dados fornecidos pelo Governo. Um corte significativo num período em que a inflação acumulada chegou a 20,63%, de acordo com o Índice de Preço ao consumidor Amplo (IPCA). O quadro se complica quando lembramos que a pasta ainda se vê às voltas com o enfrentamento da covid-19 e a necessidade de investimentos para lidar com as consequências a médio e longo prazo da pandemia.

Além dos cuidados regulares e da demanda reprimida de procedimentos adiados nos últimos anos, há uma previsão de gastos com o atendimento às vítimas da covid longa, programas de testagem, vacinação, vigilância etc. A urgência de recuperar e ampliar a capacidade de investimento do SUS traz à tona a discussão sobre a implantação de políticas pública que assegurem a todas e todos um direito universal: o acesso aos serviços de saúde.

Passou da hora de tirar do papel medidas como o projeto de lei 2183/2019 em tramitação no Senado. O texto propõe a criação de uma Contribuição de Interven-

ção no Domínio Econômico (Cide) de 20% sobre refrigerantes e outras bebidas ultraprocessadas – uma das principais fontes de açúcar da dieta da população, associadas ao surgimento de doenças graves e incapacitantes. Do valor arrecadado com o tributo, 80% seriam destinados ao Fundo Nacional da Saúde, para ser utilizado pelo SUS. Os 20% restantes seriam investidos em projetos esportivos e paradesportivos.

A Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) fez os cálculos e chegou à conclusão de que a medida significaria um aporte de R\$ 4,7 bilhões por ano aos cofres públicos. Ainda segundo a Fipe, o ajuste levaria a uma queda de 20% no consumo de bebidas adoçadas, que seriam substituídas por produtos mais saudáveis como água, suco natural e leite. Outra grande notícia para o SUS, que sentiria um alívio no impacto do custo de tratamento de problemas causados pelo hábito de ingerir refrigerantes e sucos de caixa.

As despesas chegam a R\$ 3 bilhões por ano, destaca a pesquisa “O lado oculto das bebidas açucaradas: doenças, mortes e custos à saúde”, do Instituto de Efectividad Clínica y Sanitaria

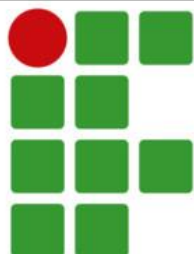
(IECS), de Buenos Aires. Desse total, cerca de R\$ 140 milhões são gastos com casos de obesidade e sobrepeso e R\$ 2,8 bilhões são desembolsados no cuidado de agravos como diabetes tipo 2, câncer ou complicações cardíacas, renais, cerebrovasculares, respiratórias e osteomusculares.

O aumento dos tributos sobre refrigerantes e bebidas ultraprocessadas segue orientação da Organização Mundial da Saúde (OMS) e conta com o apoio de sociedades médicas brasileiras. Cerca de 50 países cobram impostos mais altos sobre bebidas açucaradas – entre eles Portugal, Reino Unido, França e México. Enquanto isso, no Brasil, a Receita Federal estima que deixamos de arrecadar cerca de R\$ 3,8 bilhões por ano em incentivos fiscais concedidos a fabricantes de refrigerante.

Seja por meio da instituição de uma Cide sobre refrigerantes, seja por uma reforma tributária saudável, sustentável e solidária, que aumente a taxa de produtos que fazem mal à saúde e ao meio ambiente, dependemos da ação do Congresso. A tributação de bebidas açucaradas impactaria positivamente a saúde de milhões de famílias brasileiras, prevenindo doenças e favorecendo o consumo de bebidas mais saudáveis. Cerca de 67% dos entrevistados pelo Datafolha aprovam a estratégia de aumentar os impostos de alimentos com alto teor de açúcares, sódio e gorduras e direcionar os recursos para o SUS. Precisamos, portanto, políticos comprometidos com a saúde pública.

Fonte: Congresso em Foco

Campus Avançado Carolina faz seleção para 800 vagas em cursos à distância



**INSTITUTO
FEDERAL**
Maranhão

O Campus Avançado Carolina está com inscrições abertas de 20 a 31 de julho para cursos de formação inicial e continuada (FIC) no formato de educação a distância (EaD). No total, são 800 vagas para o período de aulas de setembro a dezembro.

De acordo com o Edital Nº 09/2022, os candidatos devem comprovar ensino fundamental completo (além de conhecimento intermediário de espanhol para o curso de

língua) e a seleção vai ser feita pela análise documental dos inscritos, por ordem de inscrição.

Abaixo, a relação de cursos:

Agente de resíduos sólidos (160h)

Operador de tratamento de águas e efluentes (160h)

Gestão de Micro Empresas (160h)

Espanhol avançado (80h)

Fonte: IFMA

Herança da dupla Bolsonaro/Guedes é salário congelado e desmonte do serviço público

A herança que o governo de Jair Bolsonaro (PL) vai deixar para os servidores públicos federais civis no final do mandato será quatro anos sem reajuste salarial e desmonte do serviço público em todas as áreas, com prejuízos para o Brasil e os brasileiros.

Já os militares só têm a comemorar o rendimento cada vez maior, Um levantamento realizado pelo economista Daniel Duque, do Centro de Liderança Pública (CLP), aponta que os membros das Forças Armadas tiveram 29,6% de ganho real nos últimos 10 anos, já descontada a inflação acumulada desde 2012, revela reportagem do Brasil de Fato.

Só uma canetada de Bolsonaro, permitiu aos oficiais da ativa que ocupam cargos na administração federal, receber até R\$ 78,6 mil por mês. Reportagens da Folha de S.Paulo revelam que entre os militares de alto escalão beneficiados pela portaria estão o próprio

Bolsonaro, o vice Hamilton Mourão (Republicanos) e o general Luiz Eduardo Ramos (Secretaria-Geral) que, sozinho, passou a ganhar R\$ 350 mil a mais por ano.

Por outro lado, os servidores civis amargam uma situação que só haviam vivenciado no governo do tucano Fernando Henrique Cardoso que, após seis anos sem sequer repor a inflação, concedeu reajuste em 2001, último ano do seu segundo mandato.

Este ano, a categoria fez greves e mobilizações reivindicando 19,99% de reajuste para cerca de 1,2 milhão de servidores federais da ativa e inativos, mas Anada conseguiu. O percentual é baseado na reposição das perdas salariais de 2019, 2020 e 2021. A defasagem salarial chega a 33%.

A luta agora, que entrou no período eleitoral e o governo não pode mais ficar acenando com reajustes que não pode conceder, é para garantir

reajuste no ano que vem, mas os números do Orçamento da União indicam muitas dificuldades.

Na terça-feira (12), o Congresso Nacional aprovou a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2023, com previsão modesta de reajustes. Ao salário mínimo, ficou reservada uma margem de apenas 6,7%, muito inferior à inflação de 11,89% acumulada apenas nos últimos 12 meses, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).

Já para o funcionalismo público federal, foram reservados R\$ 11,7 bilhões para reajustar os rendimentos de todas as categorias, valor que dá para reajustar a folha de pagamento da União em 3%, segundo cálculo do presidente do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal (Sindifisco), Isac Falcão.

Fonte: Condsef